

AFRICANIDADES, COTAS E QUESTÕES RACIAIS

Entrevistadores: Solange Pereira da Rocha¹, Elio Chaves Flores² e Alessandro Moura de Amorim³.

Transcrição: Mayara Juvito⁴.

Na primeira quinzena do mês de junho de 2010 o professor José Jorge de Carvalho, antropólogo e etnomusicólogo, da Universidade de Brasília (UnB), aceitou gentilmente o nosso convite para participar do debate *Implantação das Políticas de Cotas nas Universidades Federais Brasileiras*, evento que discutiu o acesso e a permanência dos estudantes negros na UFPB. O professor é Coordenador do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia (INCT) de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa, do CNPq/MCT, dedicado a construir um Observatório com um Banco de Dados completo sobre as ações afirmativas vigentes em todas as universidades brasileiras.

Especialista nas religiosidades afro-brasileiras e um dos mais respeitados defensores das cotas para estudantes negros no ensino superior, o professor José Jorge de Carvalho também foi nosso entrevistado, especialmente para o dossiê História e Africanidades, que *Saeculum – Revista de História* publica nessa edição.

A entrevista foi, na verdade, uma longa conversa no LABORHIS (Laboratório de História), que durou toda a manhã do dia 11 de junho de 2010 e, por isso mesmo, tivemos de cometer o “*copidesque acadêmico*” de editá-la conforme as regras metodológicas da história oral, para livrar o leitor de *Saeculum* de nossas próprias ilações.

Portanto, dispomos aos nossos leitores as argumentações e resultados de pesquisa do professor José Jorge de Carvalho cujo conteúdo versa muito sobre o tempo presente na complexidade das demandas da população afrobrasileira por igualdade, justiça e democracia substantivas.

Os Entrevistadores



¹ Doutora em História pela Universidade Federal de Pernambuco. Professora Adjunta do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba.

Pesquisadora do Núcleo de Estudos Afrobrasileiros e Indígenas (NEABI/UFPB). E-Mail: <banto20@gmail.com>.

² Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense. Professor Associado do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba. Pesquisador CNPq. Pesquisador do Núcleo de Estudos Afrobrasileiros e Indígenas (NEABI/UFPB). E-Mail: <elioflores@terra.com.br>.

³ Mestre em História pela Universidade Federal da Paraíba. Professor da Rede Municipal de Ensino Público de João Pessoa. E-Mail: <ale.histor@gmail.com>.

⁴ Graduanda em História pela Universidade Federal da Paraíba.

Saeculum: Conte-nos um pouco sobre sua formação acadêmica.

José Jorge de Carvalho: Minha formação acadêmica de graduação é em Música. Entrei na Universidade de Brasília para fazer o curso de Física e depois de um ano troquei para Música. Depois fiz especialização em Etnomusicologia e Folclore na Venezuela, no Instituto Interamericano de Etnomusicologia e Folclore, em Caracas. Meu Mestrado foi em Antropologia Social (Etnomusicologia) e meu Doutorado em Antropologia Social, ambos cursos de Pós-Graduação feitos na Universidade Queen's, de Belfast.

Saeculum: Qual foi a época?

José Jorge de Carvalho: Logo depois da graduação, em 1973, fui para a Venezuela. Na verdade lá é como se fosse o meu segundo país porque fiz a especialização e, em 1974, me tornei pesquisador do Instituto Venezuelano de Antropologia e História, ligado à Universidade Central da Venezuela, tanto do Oriente como das tradições de origem africana do sul do Lago Maracaibo. Meu tema de pesquisa era a música tradicional na Venezuela. Depois acabei indo para a Europa fazer o mestrado em Etnomusicologia na Queen's University of Belfast (Irlanda do Norte), onde estudei com John Blacking, talvez naquele momento o etnomusicólogo mais importante mundialmente⁵. Continuei pesquisando etnomusicologia e folclore, onde, na mesma universidade e com o mesmo orientador, concluí o doutorado em Antropologia da Música, em 1984, com tese sobre música e ritual nos cultos Xangô do Recife⁶. Apesar de minha atividade intelectual navegar por muitos outros interesses e paixões, como etnomusicólogo, nunca suspendi minha vinculação, que foi constitutiva da minha formação, com as culturas populares e com o folclore.

Saeculum: O senhor falou de cultura popular e folclore, qual a visão sobre essas duas manifestações? A dimensão folclórica da cultura parece não agradar muito aos historiadores.

José Jorge de Carvalho: Falei cultura popular porque muitos consideram a palavra folclore desgastada, mas ela continua a existir na Sociedade Brasileira do Folclore⁷. Pode ser que você resolva não usar a palavra folclore, mas não quer dizer

⁵ John Blacking (1928-1990) pesquisador de referência na etnomusicologia, autor do livro *How musical is man?* (1973). Suas reflexões teóricas sobre etnomusicologia mais sofisticadas apareceram originalmente no *South African Journal of Musicology*, em 1984, com o título "The study of 'music' as cultural system and human capability", traduzido como o primeiro texto do autor em português com o título Música, Cultura e Experiência (*Cadernos de Campo*, São Paulo, n. 16, 2007, p. 201-218). Ver mais em TRAVASSOS, Elisabeth. John Blacking ou uma humanidade sonora e saudavelmente organizada. *Cadernos de Campo*. São Paulo, n. 16, 2007, p. 191-200.

⁶ CARVALHO, José Jorge de. *Cantos sagrados do Xangô do Recife*. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 1993.

⁷ A Sociedade Brasileira do Folclore foi fundada por Luís da Câmara Cascudo, em 1941. Nesse mesmo ano, também foi fundada a Sociedade Brasileira de Antropologia e Etnografia, por Arthur Ramos, um estudioso das manifestações negras no Brasil. O primeiro publicou, em 1964, *Made in Africa* (São Paulo: Global, 2002) e o segundo já havia publicado, em 1934, o livro *O Negro*

que a palavra não possa ser usada por outros colegas, ainda que não seja a melhor palavra para você. Hoje em dia se fala mais em culturas populares, mas eu tive a oportunidade de estudar com grandes folcloristas latino-americanos e europeus. Quando eu retornei ao Brasil, depois do doutorado, fui para o Instituto Nacional do Folclore com proposta de assumir a sua direção. Por tudo isso, os estudos sobre folclore estão muito próximos das minhas preocupações, fiz uma grande pesquisa no Nordeste brasileiro no que muitos estão chamando, hoje, de culturas populares⁸.

Saeculum: Outra expressão bastante polêmica é o sincretismo que, durante muito tempo, foi utilizada para explicar as manifestações religiosas afrobrasileiras. O que o senhor diria disso?

José Jorge de Carvalho: São muitos os processos de difusão dos hibridismos e multirreligiosidades, que são muitas vezes colocados ao lado da expressão sincretismo. Às vezes a luta teórica pode tomar dois rumos. Há uma luta teórica que é um investimento fortíssimo em cima da terminologia, muitos teóricos investem contra as palavras para desqualificá-las e decretam a morte dessas palavras. Outra postura seria repensar os conteúdos das palavras e não necessariamente investir contra elas, porque as palavras têm uma história; se decretarmos a censura de palavras que nos desagradam, corremos o risco de ficar sem vocabulário. Por exemplo a palavra sincretismo pode ser detestada, por alguns que acham que ela não explica nada, e o seu uso chega a causar constrangimento. Outra postura seria preservar a palavra e refazer o seu sentido. Escrevi recentemente um artigo sobre alguns conceitos dos Estudos Culturais, a partir de Homi Bhabha, com o conceito de emergência (que ele retirou das Teses da Filosofia da História de Walter Benjamin), então se pode falar de hibridismo totalmente aberto, sem uma linha definida de atuação, sem uma lei de crescimento que você possa prever ou uma totalidade múltipla, se você quiser⁹. O conceito de emergência é uma maneira de ler esse processo cultural pelos dois

Brasileiro: etnografia religiosa (Rio de Janeiro: Graphia, 2001).

⁸ Indicamos a seguinte produção bibliográfica: CARVALHO, José Jorge de. “Metamorfosis de las Tradiciones Performáticas Afrobrasileras”. *Proyectar Imaginários*. Bogotá, IECO - Universidad Nacional de Colombia/La Balsa, 2006, p. 281-315; “A tradição musical Iorubá no Brasil: um cristal que se oculta e revela”. In: TUGNY, Rosângela Pereira de & QUEIROZ, Rubem Caixeta de (orgs.). *Músicas africanas e indígenas no Brasil*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2006, p. 265-292; “Por que e como apoiar as Culturas Populares”. In: FARIA, Hamilton & LIMA, Ricardo (orgs.). *Fomento, difusão e representação das Culturas Populares*. São Paulo: Instituto Pólis; Brasília: Ministério da Cultura, 2006, p. 12-28; “Espetacularização e canibalização das Culturas Populares”. In: *I Encontro Sul-Americano das Culturas Populares. II Seminário Nacional de Políticas para as Culturas Populares*. Brasília: Editora do Ministério da Cultura, 2006, p. 79-101; “Metamorfoses das tradições performáticas Afro-Brasileiras: de Patrimônio Cultural a indústria de entretenimento”. In: CENTRO Nacional de Folclore e Cultura Popular (org.). *Celebrações e Saberes da Cultura Popular*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004, p. 65-83.

⁹ Ver CARVALHO, José Jorge de. “Os Estudos Culturais como um Movimento de Inovação nas Humanidades e nas Ciências Sociais”. *Cadernos da Escola de Comunicação da Unibrasil*, 2005, p. 01-17. O autor em referência é o crítico indo-britânico Homi K. Bhabha, conhecido no Brasil pela tradução de *O Local da Cultura* (Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003); Ver também CARVALHO, José Jorge. “O olhar etnográfico e a voz subalterna”. Ver também os verbetes: “Criollización”, “Hibridación”, “Mestizaje y Sujeto Intercultural”, escritos por José Jorge de Carvalho para o *Diccionario de Relaciones Interculturales*, organizado por Ascensión Barañano, José Luis García, Maria Cátedra y Marie Devillard (Madrid: Editorial Complutense, 2007).

sentidos: como situação de perigo completo e onde coisas novas podem aparecer. Nesta perspectiva, seria possível usar o hibridismo como emergência e não como uma maneira específica de difusão ou de um produto que surgiu de uma junção, ou fusão no seu sentido usual, como parece ser a metáfora biológica do híbrido.

Saeculum: A ideia do hibridismo é bastante discutida pela historiografia brasileira contemporânea, especialmente a partir da leitura de Serge Gruzinski. Como o senhor analisa isso e qual sua repercussão para as identidades negras?

José Jorge de Carvalho: Aqui, nós entramos em uma discussão teórica e ideológica fascinante. Há uma espécie de curto circuito entre a discussão europeia e a norte-americana comparada com a mestiçagem que se discute no Brasil, pois no momento em que essas pessoas estão lá no chamado Primeiro Mundo parecem ser progressistas, mas quando elas vêm para cá, muitas vezes ficam do lado dos conservadores. A mestiçagem tem sido uma metáfora para nós infeliz politicamente. É uma metáfora paralisante e quase sempre invocada para que você não afirme que existe um grupo reconhecido na nossa sociedade que é discriminado, qual seja, o grupo negro. A mestiçagem vem para impedir a identificação de um grupo oprimido racialmente, porque o mestiço passa a ser justamente não discriminado, ele é aquele que está no campo possível da convivência, já que “somos todos mestiços”. No momento presente, em que toda a discussão das ações afirmativas e das políticas públicas significa recuperar um século de exclusão social e afirmar, em grande medida, a identidade negra, o idioma da mestiçagem vem para impedir essa afirmação, e esse parece ser o exemplo de Gruzinski¹⁰. Nesse sentido, a metáfora da mestiçagem, dá a impressão para nós, de uma metáfora ineficaz; ou pior ainda, eficaz ao contrário, porque é desmobilizadora, além de empobrecida, pois, afinal de contas, quem não é mestiço? Após mais de cem mil anos de história dos grupos humanos se misturando, desde os primeiros “homo sapiens”, inicialmente com a pele muito escura, até chegar, a uns dez mil anos atrás, os que foram chamados muito depois de “negros” ficou demonstrado que as misturas não são modernas. Visto dessa maneira, o que não é mestiço? Tudo é mestiço, então invocar a mestiçagem conduz a uma ideia esvaziada, até mesmo do ponto de vista biológico. Agora o que está acontecendo com essas pessoas no Primeiro Mundo? Como muito deles são intelectuais que querem ser progressistas em um mundo que instituiu o grande racismo nos colonialismos dos últimos dois séculos (Inglaterra, França, Alemanha) então eles vão dizer o seguinte, “os nossos povos não eram esse povo branco dominante de hoje, eles são povos mestiços!”. Eles estão invocando a mestiçagem para se distanciar e dizer assim, “não estamos nos associando ao grupo dominante racista, imperialista e colonialista”. Entretanto, como nossa academia na América Latina é colonizada e parte dessa academia também não gosta da afirmação da

¹⁰ Serge Gruzinski é historiador francês, diretor de pesquisa no Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS) e professor École des Hautes Études em Sciences Sociales (Paris). Entre suas obras destacam-se *A Colonização do Imaginário* (1988) e *O Pensamento Mestiço* (1999), traduzido para o português (São Paulo: Companhia das Letras, 2001) e com significativa repercussão na historiografia brasileira. Para uma síntese de suas idéias, ver GRUZINSKI, Serge. O que é um objeto mestiço?, disponível em português em: PESAVENTO, Sandra Jatahy (org.). *Escrita, linguagem, objetos: leituras e história cultural*. Bauru: Edusc, 2004, p. 253-278.

identidade negra, ela passa a utilizar esses autores estrangeiros que aparecem como progressistas para desmobilizar a afirmação negra no Brasil¹¹.

Saeculum: Isso poderia explicar a tradução e divulgação no Brasil de “autores hibridistas” em detrimento da tradução de autores clássicos africanos? Qual é a sua posição?

José Jorge de Carvalho: É assim que certos autores ditos progressistas confundem tudo, que não existe raça, que não existe mais nada no Brasil, a não ser a mestiçagem. Há casos estranhos, como por exemplo, o de Anthony Appiah, ele é contra as cotas porque essas afirmam a raça no Brasil, ele não quer que a raça seja afirmada na Inglaterra e por isso é contra políticas públicas para negros no Brasil¹². A mesma coisa é Paul Gilroy, cuja influência no Brasil tem sido um desastre, não tem nada a ver conosco, Por exemplo, uma historiadora que é contra as cotas, Célia Marinho de Azevedo, traduz um de seus livros e o aplaude porque é tudo o que ela precisa para justificar sua posição anti-cotas. Gilroy já veio ao Brasil, e ele também contribuiu para a frente contrária às cotas, deu entrevista a jornais dando munição ao argumento dos que lutam contra as cotas, insinuando que o modelo de cotas que desenvolvemos no Brasil foi copiado dos Estados Unidos. Se ele afirmou isso, significa que sua referência para diálogo acadêmico no Brasil são os anti-cotas. Nós, que defendemos as cotas, nunca afirmamos que estamos copiando modelos dos Estados – justamente porque não estamos! E lembremos que no seu livro *Against Race*, Gilroy não cita o Brasil nem uma única vez e nem cita nenhum autor brasileiro. É um desastre, de fato.

Em que nos interessa que um intelectual da França ou Inglaterra venha ao Brasil para se posicionar – ainda que indiretamente – do lado contrário às cotas?¹³ Com

¹¹ Outro historiador europeu propenso a requestrar a “teoria da mestiçagem” e a “democracia racial” no Brasil, a partir de uma leitura “culturalista” de Gilberto Freyre é o nosso muito conhecido Peter Burke, cujas obras são presença constante nos cursos de história. Ver BURKE, Peter. *Hibridismo Cultural*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2003; e, do mesmo autor junto com Maria Lúcia Pallares-Burke, *Repensando os Trópicos: um retrato intelectual de Gilberto Freyre* (São Paulo: Unesp, 2009). Na historiografia brasileira contemporânea pode-se ver a leitura da mestiçagem na obra de PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e Universo Cultural na Colônia: Minas Gerais, 1716-1789*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001; e, mais recentemente, o dossiê “Imagens: escravidão e mestiçagens”, organizado e apresentado pelo autor para a revista *Vária História*. N.º 41, jan/jun 2009, p. 9-148.

¹² Kwame Anthony Appiah é filósofo afro-britânico cujo principal livro, *Na Casa de Meu Pai: a África na filosofia da cultura* (1992), foi publicado no Brasil no início dos debates das cotas raciais (Rio de Janeiro: Contraponto, 1997). Sua posição contra as cotas no Brasil foi externada numa entrevista a um dos periódicos que mais combate as ações afirmativas na imprensa brasileira, a revista *Veja*. A entrevista poder ser checada em *Veja On-line*. Edição 1946, 08 de março de 2006, com acesso pelo seguinte endereço eletrônico: <<http://veja.abril.com.br/080306/entrevista.html>>.

¹³ Paul Gilroy é sociólogo britânico de origem afro-caribenha, diretor do *Center for African American Studies*, lecionou em várias universidades inglesas e estadunidenses. Um de seus livros mais conhecidos, *O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência* (1993), foi publicado no Brasil no início do século (Rio de Janeiro: Editora 34, 2001). José Jorge de Carvalho se refere a um outro livro seu traduzido mais recentemente, *Entre Campos: nações, culturas e o fascínio da raça* (São Paulo: Annablume, 2007). A coordenação da equipe de tradução e a revisão técnica estiveram sob a responsabilidade da historiadora Celia Maria Marinho de Azevedo, uma das signatárias do manifesto contra as cotas, em 2006 (ver nota 11). Em entrevista ao jornal baiano *A Tarde*, de

essas “autoridades acadêmicas internacionais” você paralisa o debate sobre as cotas e a sua efetivação. Então, a “razão mestiça” pode ser utilizada do mesmo modo, pode não ser o primeiro interesse de Gruzinski se colocar conservadoramente em um debate brasileiro, mas o campo semântico manipulado politicamente no Brasil faz com que essas teorias venham apenas reforçar aquilo de que nós procuramos justamente nos distanciar, a saber a utilização ideológica e reacionária da teoria da mestiçagem. O efeito ideológico é como se fosse o mundo de cabeça pra baixo. É claro que existe uma complexidade fenotípica que implica em uma diversidade racial, mas essa diversidade nada diz sobre a discriminação concreta sofrida pelas pessoas não-brancas. Nossa luta, que não é por categoria analítica necessariamente, é contra o racismo e a discriminação. Então, quando algum acadêmico estrangeiro invoca a categoria mestiçagem, pode estar, ou involuntariamente, ou por obedecer a lealdades políticas para quem o convidou ao Brasil, ajudando a fragilizar essa luta local.

Saeculum: Bem, já entramos na questão do racismo no Brasil, estamos falando na discussão intelectualizada e na prática mesmo que é esse racismo à brasileira. Como esse racismo atua no ensino superior?

José Jorge de Carvalho: Primeiro, eu acho que não parece necessariamente estratégico pensar na singularidade do racismo brasileiro, eu não acredito que ele seja singular, isso faz parte de uma ideologia, justamente de um nacionalismo racista disfarçado que diz que o Brasil é diferente, mas ele não é diferente. Se você for pensar na América Latina, a ideologia é a mesma em todo lugar, a mestiçagem é invocada em Cuba, Colômbia, Venezuela, México, Puerto Rico, República Dominicana, etc. Há racismo também nos países da ideologia da mestiçagem. Portanto, talvez a questão não seja discutir a singularidade, pois não há singularidade na configuração racial do Brasil, visto que ela é muito parecida com a dos outros países acima referidos. Diferente, provavelmente, seria um racismo muito mais abertamente confrontado, como o racismo do estilo anglo-saxão. O centro dessa discussão é que, aqui, há um confronto simultâneo de opressão e de racismo, com ideologia de cordialidade interracial: o racista, além de oprimir e discriminar racialmente, nega todo tempo que é o discriminador, algo muito parecido com a esquizofrenia, “estou te acolhendo, mas não quero você perto de mim!”, são essas as injunções que caracterizam o discurso do esquizofrênico no nosso caso, de um tipo de racismo que parece esquizofrênico. Um exemplo maior é o trabalho monumental (no mau sentido do termo) de Gilberto Freyre, ele que lutou contra a Frente Negra Brasileira (1931-1937) e ao mesmo tempo dizia que a cultura negra é valiosa para o Brasil¹⁴. Isso é a própria esquizofrenia.

Salvador, em 07 de agosto de 2006, Gilroy não se manifesta contra as cotas, mas contra o conceito de raça. A mesma entrevista está postada no *Boletim CEAO*, de 07 de agosto, com o título “A questão é combater o racismo, não exaltar a raça”.

¹⁴ A Frente Negra Brasileira é considerada a mais importante entidade política de afrodescendentes na primeira metade do século XX. Ver BARBOSA, Márcio. (Org.). *Frente Negra Brasileira: depoimentos*. São Paulo: Quilombhoje, 1998; DOMINGUES, Petrônio. *A Nova Abolição*. São Paulo: Selo Negro, 2008, p. 59-95. Para contrapor a historicidade dos intelectuais negros ao percurso freyreano, ver FLORES, Elio C. “Gerações do Quilombismo: crítica histórica às mitografias da Casa Grande”, publicado em BITTAR, E. C. B. e TOSI, G. (orgs.). *Democracia e educação em direitos humanos*

É possível ver a reprodução disso entre profissionais que desconfiam do Movimento Negro e ao mesmo tempo afirmam que as tradições culturais brasileiras são importantíssimas nas suas origens africanas. O tempo todo é amar e odiar, eles não podem só odiar, tem que estar sempre colocando um discurso de simpatia e de acolhimento. O Brasil é um dos maiores países racistas do mundo, não há um dia nos jornais que não tenha um incidente de violência racista, mas esses incidentes concretos não necessariamente mobilizam a classe acadêmica para posicionar-se contra o racismo. É um confronto que não pode ser direto e uma energia imensa é usada para não permitir que o discurso antirracista seja afirmado. Na Colômbia é igual, cada vez que vou lá e me encontro com os colegas negros é a mesma coisa, o racismo é altíssimo e eles não podem denunciá-lo abertamente para ser ouvidos porque a ideologia do país é a da mestiçagem. A ideologia da mestiçagem é o álibi para que você não deixe afirmar a posição antirracista. Esta é a característica ideologicamente mais forte do nosso racismo.

Saeculum: O senhor poderia falar desse racismo no ensino superior?

José Jorge de Carvalho: É principalmente no ensino superior que é gerada essa estrutura racista. Então, para mim, o racismo no ensino superior aparece como uma super intelectualização dos temas, onde as pessoas buscam explicações altamente elaboradas para desviarem-se do tema central, que é a violência racial cotidiana. Teorizam convivência, laços de cordialidade no cotidiano, ambiguidade de identidade racial, variações de fenótipos, multiplicidade dos termos para designar a cor das pessoas, argumentam que as raças não existem, insistem em que não temos leis segregacionistas, etc. Eu vejo muito esse discurso por parte de sociólogos, cientistas sociais, historiadores, antropólogos. Em síntese, o racismo como conceito aparece no pensamento social brasileiro como uma abstração apenas. Os ensaístas do chamado “pensamento social” nunca fazem uma discussão concreta do racismo; ficam sempre em uma abstração gigantesca sobre a sociedade. Uso o termo hiper-intelectualização como um equivalente, em linguagem psicanalítica, da racionalização, por um lado, e do deslocamento, por outro. Sabemos que essa hiper-intelectualização esconde o substrato racista da nossa academia, que se construiu como um espaço inteiramente segregado e todos os recursos e privilégios ficaram sempre nas mãos dos brancos. Como eles não querem dividir seu poder nem seus recursos com os negros, e não podem dizer abertamente esse seu desejo racista, desenvolvem todo um discurso intelectualizado acerca das ambigüidades da identificação racial. Assim, nem eles são brancos (logo, não necessitam justificar a origem dos seus privilégios); nem excluídos afrodescendentes são negros (logo, ninguém foi excluído, por razões de racismo).

Saeculum: Mas muitos intelectuais se aproximaram dos movimentos sociais, principalmente das comunidades negras. Como é que o senhor vê essa relação dos intelectuais com os ativistas e com as comunidades negras, quilombolas e indígenas e outros intelectuais que agem e trabalham contra as ações afirmativas?

numa época de insegurança. Brasília: SEDH-PR, 2008, pp. 107-122. Uma crítica mais apurada à ideologia da mestiçagem encontra-se em MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a Mestiçagem: identidade nacional versus identidade negra.* Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

José Jorge de Carvalho: Posso falar etnograficamente como antropólogo. Qual a etnografia que eu faço? Já faz muitos anos, são dez anos, por exemplo, que participo da discussão das ações afirmativas. Percebo que continua sendo muito pouco o convívio dos meus colegas brancos com o movimento negro. E então, visto dessa maneira, é um mundo segregado. Os que se manifestam contra as cotas se apresentam como neutros. Mas se você disser que é a favor das ações afirmativas você é chamado de ativista. Eles saem dos seus lugares acadêmicos de antropólogos, sociólogos, historiadores, supostamente neutros, antropológicos, e continuam dizendo que não são ativistas; mas eu não posso sair nem um segundo desse lugar que sou acusado de ativista. Então há essa clivagem, eles assinam manifestos, vão para os jornais, dão entrevistas, vão ao Congresso Nacional, depois vão ao Supremo Tribunal Federal, entregam documento ao presidente do STF contra as cotas e ainda têm coragem de dizer que são neutros, que são cientistas¹⁵. Mas exatamente por que é que estamos encurralados? Utilizando da linguagem, da estratégia discursiva, por que eles nos colocam em uma função defensiva? Isso nós precisamos analisar, precisamos fazer a mesma coisa e colocá-los em posição defensiva, devolver o caráter contraditório do discurso deles, dessa clivagem do discurso deles.

Por tudo isso, eu perguntaria o seguinte: por que o racismo brasileiro é também um racismo acadêmico e não apenas do cotidiano? Porque os discursos sobre as relações raciais são elaborados em grande medida na academia, através de uma estrutura esquisofrenizante, que nega e afirma simultaneamente e, na medida em que ela nega e afirma, produz uma eficácia para deixar tudo como está. Uma pessoa posicionada contra o ativismo negro não é mais neutra, mas quer colocar em você o lugar de posicionamento, de ativista negro, então você fica paralisado discursivamente diante dessa pessoa, você tem que se fraturar internamente para posicionar seu discurso. É como se o discurso dela se apresentasse coeso e o seu discurso fosse externamente fraturado. A discussão do pensamento social brasileiro é um pensamento de brancos, os negros não entram, então você se acostuma a ficar num mundo confinado. Sendo assim, o que acontece nesses últimos anos, que me é mais inteligível, é o sofrimento negro. A intelectualidade negra é muito confinada, ela tem muito pouco acesso ao mundo branco, conversa muito pouco com os brancos, sou muito amigo de intelectuais negros e evidentemente tenho amigos brancos, percebo como pouco intelectuais negros sabem como é o mundo dos brancos, há muito pouco acesso mútuo entre intelectuais negros e brancos, e este é um hiato muito difícil de resolver.

Saeculum: Quais os intelectuais negros que o senhor considera importantes no cenário nacional. Quais os que mais o influenciaram?

José Jorge de Carvalho: Abdias do Nascimento para mim é o mais importante,

¹⁵ O movimento contra as cotas e ações afirmativas para a população negra dispõe de dois documentos amplamente divulgados nos meios de comunicação e que serviram de base para que o DEM (antigo Partido da Frente Liberal) entrasse com uma ADIN (Ação Direta de Inconstitucionalidade) contra a adoção do sistema de cotas pelas universidades, com vários historiadores como signatários. Vide os documentos: Carta Pública ao Congresso Nacional, 30 de maio de 2006; e Cento e Treze Cidadãos Anti-Racistas Contra as Cotas Raciais, de 21 de abril de 2008, que podem ser acessados em: <<http://www.noracebr.blogspot.com>>.

no cenário nacional, dos grandes intelectuais que o Brasil teve no século XX. Acho Abdias fascinante desde quando eu ainda fazia trabalho de campo em Recife. O quilombismo, como atitude, é incrível, uma ideologia maravilhosa, aquele é um dos manifestos mais corajosos que já foi escrito no Brasil, é um dos grandes manifestos afrocêntricos, não somente um manifesto brasileiro, mas afro-americano¹⁶. Ele foi corajoso demais, enfrentar a Bahia, desconstruir o racismo folclorizante de Jorge Amado (este, que é um grande autor racista, que criou um imaginário desconstituidor e desqualificador da mulher negra, tudo um grande estereótipo). Abdias não tinha paciência alguma com isso, não cedeu jamais a essa cobertura falsa e desonrosa. Guerreiro Ramos é outro maravilhoso intelectual, criador e teórico, ele inventou inclusive uma técnica psicológica ligada ao teatro, o “psicodrama”. Ele já tenha feito isso na década de 1940, como teoria e conteúdo de como administrar, pessoal e coletivamente, o trauma negro. Guerreiro Ramos também discutiu a “redução sociológica”¹⁷. Os dois são extraordinários pensadores e a academia branca sempre os silenciou.

Saeculum: O senhor também poderia falar de Edson Carneiro e Clóvis Moura, como foi a relação deles com a academia? Eles nunca estiveram fazendo parte do corpo docente das Universidades?

José Jorge de Carvalho: Claro! Primeiro Edson Carneiro, que é um escritor delicioso de ler, porque ele tem uma forma de escrever com frases brilhantes, telegráficas e elegantes. Justamente por minha trajetória folclorista eu li com prazer os livros de Edson Carneiro sobre folclore brasileiro, cuja militância intelectual estava relacionada com os folcloristas. Ele se candidatou a uma vaga na Universidade Federal do Rio de Janeiro e perdeu, foi reprovado nesse concurso por um professor cujo nome nem sabemos, isso precisa ser dito por fazer parte de uma injustiça. Ele não perdeu para um igual, perdeu para alguém inexpressivo. Então é duríssimo o fato de ele não ter sido professor da UFRJ, um desastre para essa universidade até hoje. Clóvis Moura foi outro caso análogo. Por que ele não foi professor da USP? Olhe a biografia dos professores do departamento de história da USP e veja se são todos maiores que Clóvis Moura. Dificilmente. Em um certo momento, a USP deu a ele um título, mas não é dar um título, ela tinha que ter absorvido Clóvis Moura como professor.

¹⁶ Abdias Nascimento (1914-2011) é considerado um dos grandes intelectuais negros do século XX e fundador do Teatro Experimental do Negro (TEN), em 1944. Autor, entre outros livros, de *O Negro Revoltado* (Rio de Janeiro: Edições GRD, 1968); *O Quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista* (Petrópolis: Vozes, 1980); *O Brasil na Mira do Pan-Africanismo* (Salvador: Edufba/Ceao, 2002), reedição conjunta das obras *O Genocídio do Negro Brasileiro* (Rio de Janeiro; Paz e Terra, 1978) e *Sitiado em Lagos* (Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981). Uma autobiografia, com depoimentos e extenso uso da memória oral, pode ser vista em *Ele Semog e Abdias Nascimento, O Griot das Murallas* (Rio de Janeiro: Pallas, 2006).

¹⁷ Alberto Guerreiro Ramos, sociólogo baiano, junto com Abdias Nascimento fundou o Teatro Experimental do Negro. Era o responsável pelos cursos e reflexões do teatro para negros, feito por negros, publicados no jornal *Quilombo* (1948-1950). Publicou, entre outros livros, *Introdução crítica à Sociologia brasileira* (Rio de Janeiro: Andes, 1957); *A Redução Sociológica* (Rio de Janeiro: MEC/ISEB, 1958); *A crise do poder no Brasil* (Rio de Janeiro: Zahar, 1961). Sobre Guerreiro Ramos, ver: OLIVEIRA, Lucia Lippi. *A Sociologia do guerreiro*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.

Então, são intelectuais que não conseguiram ser professores das universidades, isso já não diz alguma coisa? Se eles tivessem sido absorvidos pela academia, esta teria dado uma guinada no rumo que tomou, porque Edson Carneiro teria tido alunos, provavelmente alunos negros que iriam continuar lá dentro, e a mesma coisa teria acontecido com Guerreiro Ramos, Clóvis Moura e mesmo Abdias Nascimento, que foi professor em outros países e não aqui. Como é possível toda essa exclusão? Portanto, há uma dívida profunda das nossas universidades com a intelectualidade negra, e sem contar outros que nem sequer estão nesse time de maiores. Não é também muito fácil pensar a própria figura do Milton Santos, que também sofreu isolamento na USP.

Solange: Qual seria o diferencial de Milton Santos, já que ele conseguiu inserção acadêmica?

José Jorge de Carvalho: Porque, na minha opinião, Milton Santos não se apresentou abertamente como militante. Milton Santos não gostava de falar da questão racial como acadêmico, ouvir dizer que em aula ele não gostava de falar disso. Eu o conheci e convivi com ele na Venezuela. Várias vezes conversei com ele, nunca o vi apresentar-se enfatizando que era uma pessoa negra, (pelo menos naquela época em 1974). Naquela época ele estava muito fascinado por filosofia, dizia que estava lendo Filosofia sem parar. Acho que ele foi um diferencial por ter se apresentado como acadêmico, tanto que demorou muito, somente nos últimos anos de vida, em uma ou outra entrevista, que ele falou sobre racismo. Um momento marcante foi aquela entrevista que aparece no livro *Racismo Cordial*, já li aquela entrevista pelo menos três vezes e a cada vez que eu volto para aquela entrevista, com um sentimento de carinho e admiração por Milton Santos, vejo nas entrelinhas um sofrimento muito grande, um incômodo muito grande, um desconforto profundo quando ele fala assim: “Sim, quando vocês dizem qual é porcentagem de racismo, o que quer dizer isso? Aonde chegamos com isso?” Eu nunca entendi completamente o que ele estava querendo falar, ele estava presente como se estivesse ausente ao mesmo tempo e transmitia um grande desconforto. Parece que ele também falava para os amigos íntimos que gostava da terça-feira, que era o dia em que ele não ia à USP, e dizia “esse é o dia em que eu não vou ser discriminado”¹⁸.

¹⁸ Milton Santos (1926-2001) concedeu entrevista ao Caderno Especial, *Racismo Cordial*: a maior e mais completa pesquisa sobre o preconceito de cor entre os brasileiros, publicado no jornal *Folha de São Paulo*, na edição de 25 de junho de 1995. A entrevista de Milton Santos consta à página 8. O arquivo pode ser consultado em: <<http://almanaque.folha.uol.com.br/>>. A pesquisa foi depois publicada em livro com o mesmo título (São Paulo: Ática, 1995). A principal crítica de Milton Santos à pesquisa era de que ela se baseava numa atitude de *marketing* para o jornal. A entrevista foi republicada num livro póstumo de artigos que Milton Santos escrevia para o próprio jornal, onde também consta o seminal “Ser Negro no Brasil Hoje”. Ver, *O País Distorcido*: o Brasil, a globalização e a cidadania. Organização, apresentação e notas de Wagner Costa Ribeiro (São Paulo: Publifolha, 2002, p. 136-140; p. 157-161). Sobre a vasta produção bibliográfica de Milton Santos que pode interessar ao historiador, pelo menos, as seguintes obras: *O Trabalho do Geógrafo no Terceiro Mundo* (São Paulo: Hucitec, 1978); *Técnica, Espaço, Tempo*: globalização e meio técnico-científico-informacional (São Paulo: Hucitec, 1994); *Por Uma Outra Globalização*: do pensamento único à consciência universal (Rio de Janeiro: Record, 2007).

Saeculum: As suas pesquisas sobre religiões incluem-se nos estudos afrobrasileiros. O senhor poderia explicar as vertentes ou as matrizes africanas?

José Jorge de Carvalho: Para muitas pessoas eu sou especialista em religiões, em religiões comparadas, em grande parte o que me mobiliza é a espiritualidade e a mística. Tenho escrito sobre a mística internacional, a mística das varias tradições é algo que muito me ocupa. Faço meditação contemplativa, tenho um lado da espiritualidade que me é constitutivo, que está acionado uma boa parte do tempo. Uma das minhas especialidades, (entre aspas, porque não acredito nisso, esse mundo acadêmico que você coloca no *Lattes*), são religiões comparadas, religiões afrobrasileiras. Minha pesquisa, no Mestrado foi mapear as relações entre as abordagens antropológicas e o tipo de interpretação que os antropólogos deram às religiões. No período da tese de doutorado passei mais de um ano em uma casa de santo, no Xangô do Recife. Estive sempre em contato com rituais, mas não tenho iniciação, tenho relação de proximidade com os orixás Xangô e Oxum, que são meus orixás, e também Oxalá e com aspectos da Jurema.

Saeculum: Como o senhor vê a repressão e os preconceitos às religiões afrobrasileiras? Antes o senhor falou de confinamento acadêmico por parte dos intelectuais negros, haveria também um confinamento religioso?

José Jorge de Carvalho: Ah! Muito Bom! A gente pode fazer esse paralelo, até porque nunca parei para meditar sobre esse paralelo. Interessante, é um confinamento porque primeiro é um confinamento geográfico e social, pois as casas de santo foram expulsas dos centros das cidades e foram para as periferias. Foram para lugares com menos implementos de cidadania, onde não tinha rua asfaltada, não tinha esgoto, não tinha água, não tinha nada. Assim foram confinadas, em um jogo extremamente complexo entre presença e ausência, entre completude e carência, se você quiser. A gente poderia chamar, talvez diferente dos intelectuais negros, de um confinamento pleno no interior de uma insígnia de carência, sem acesso à saúde, mercado de trabalho precário, isso é uma característica do “povo do santo”, a precariedade de sobrevivência, quer dizer, uma subcidadania constante. Você poderia se perguntar: pode o racismo potencializar a discriminação religiosa? Eu diria que o confinamento dos intelectuais negros é mais dramático do que o confinamento da religião afrobrasileira, porque os intelectuais negros estão duplamente desenraizados. Muitas vezes eles não estão com as raízes simbólicas africanas fortes, porque nem todos estão conectados ao candomblé, por exemplo, então estão mais soltos do ponto de vista espiritual mais profundo, porque nem sempre também adquirem a centralidade análoga através do mundo cristão, além de sentirem o peso do racismo geral da sociedade. O pessoal do candomblé sofre a rejeição do racismo, mas está firme espiritualmente, inclusive pela âncora da comunidade. Então, “povo de santo” é um conceito que nós poderíamos utilizar como utopia, seria a resposta à mestiçagem, em vez de falar de mestiçagem falamos de povo de santo, porque nessa condição negros e brancos se unem de fato, na medida em que é estabelecido entre todos um parentesco espiritual, dado pelos orixás.

Saeculum: Qual é a possibilidade da tradição laica e não religiosa no universo africano? Para o senhor, que é especialista em religiões comparadas, é possível pensar num africano ou afrobrasileiro na condição de ateu ou agnóstico?

José Jorge de Carvalho: É uma pergunta desafiadora. Eu penso que na perspectiva africana seria mais difícil, porque a cosmovisão africana inclui os invisíveis, o que poderíamos chamar de planos invisíveis. O espaço espiritual é constitutivo do ser humano, talvez a religião, a adesão a uma estrutura religiosa específica pode ser circunstancial. Você não precisa ficar o tempo todo consultando para saber o que vai acontecer com sua vida, pode consultar Marx, Freud ou quem quiser para substituir. É possível imaginar essa intelectualidade africana dessa maneira. Acho que também afrobrasileiro é possível pensar assim, eu entendo que Milton Santos foi uma pessoa laica. Eu penso até assim: você está numa sociedade plural e não tem que cobrar que a pessoa negra tenha alguma relação com religiões de matriz africana, ela faz o que quer. A gente não tem que reinventar a condição humana. Nós estamos combatendo o racismo fenotípico, a luta contra o racismo, para mim, fica por aí, o resto é plural, a pessoa pode ser laica, evangélica, budista, pode ser o que ela quiser. Agora, na África, é mais difícil, porque é como se você perguntasse a um indígena na Amazônia se ele poderia não ter uma relação com o mundo espiritual se ele já nasce parte constitutiva disso. Claro que existe uma intelectualidade africana que é laica no sentido europeu – muitos marxistas, revolucionários, ativistas – que não se conectam com as religiões tradicionais.

Saeculum: Quando e como o senhor começa a se dedicar às cotas e aos projetos de acesso dos estudantes negros ao ensino superior?

José Jorge de Carvalho: No final dos anos de 1990 eu ministrava regularmente, na UnB, a disciplina “Estudos Afrobrasileiros”, com ênfase nas tradições religiosas afrobrasileiras e nas questões raciais, privilegiando o pensamento negro, isto é, os autores afrobrasileiros. No ano de 1996, estive nos Estados Unidos e pude acompanhar as ações afirmativas num tipo de sociedade que não me agrada. E eu tinha sempre ouvido dos colegas que o modelo norte-americano não nos servia, que aquelas ações afirmativas de lá não valiam para o Brasil, que não tinham nada a ver com nossa realidade. Lembro que no ano de 1998 tivemos um caso dramático de racismo na Universidade de Brasília. Aquele foi um ano muito ruim e tenso. Então, no final de 1999, tivemos um estalo, na semana da consciência negra, um momento de intuição de fato, porque na semana de novembro íamos lançar o número da revista *Humanidades*, dedicado à cultura negra. E na tarde que a gente ia apresentar a revista tivemos um estalo com as cotas para os negros na Universidade de Brasília. Você precisava ver a reação, foi impressionante. Em seguida os estudantes negros fizeram debates e conseguiram rapidamente - essas coisas misteriosas: conseguiram o Auditório da Reitoria, que é um espaço privilegiado na UnB, pedido por estudantes de graduação, e fizemos lá o primeiro debate público sobre as cotas (provavelmente o primeiro feito em todas as universidades brasileiras), apenas uma semana após

o lançamento da proposta. Um aluno norte-americano que estava na minha casa filmou todo o debate. Edson Cardoso também estava e isso não parou mais¹⁹. A proposta começou simplesmente como intuição de que nós precisávamos desviar o foco do confronto do caso de racismo, em vez de confinar o debate no interior da Antropologia, era necessário abrir o debate na universidade e fora dela. Foi um efeito impressionante e quem levou isso adiante foram os estudantes, porque poucos professores se envolveram.

Saeculum: O senhor falou até agora da questão interna e qual foi o contexto mais geral?

José Jorge de Carvalho: Isso se conectou com o contexto mais geral, primeiro a “Marcha de 95”, que foi um evento, o divisor de águas. Por quê? Com a movimentação, Fernando Henrique Cardoso foi obrigado a fazer algumas concessões e instaurou o GTI (Grupo de Trabalho Interministerial) que abriu mais espaço discursivo público sobre o racismo²⁰. Ele não pôde deixar passar mais tempo sem responder minimamente às demandas do Movimento Negro. Mas houve respostas já no governo FHC. Primeiro, ele foi o primeiro presidente da República que admitiu publicamente o racismo no Brasil, foi um passo. Depois ele fez o GTI, de uma forma muito tímida, mas ali constava uma primeira plataforma. Outro momento que se somou a esses anteriores foi a preparatória para Durban, no último ano do século XX. Nós começamos uma luta no interior de um espaço estritamente acadêmico, mas lutas paralelas estavam acontecendo também no movimento social²¹. A conjuntura ficou mais favorável no ano de 2001, com a Conferência de Durban, antes e depois. Os que foram voltaram muito mais animados para aumentar a discussão das ações afirmativas. Então o contexto é esse, o contexto tem que ver com Durban, mas foi

¹⁹ Edson Cardoso é jornalista, escritor e professor, militante do movimento negro desde a década de 1970, é editor do informativo *Irohin*, um importante veículo da imprensa negra contemporânea, fundado por ele no ano de 1996. Também foi um dos professores do Curso Pensamento Negro Contemporâneo, da Universidade de Brasília. Atualmente Edson Cardoso ocupa o cargo de assessor da SEPPIR (Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial).

²⁰ A Marcha Zumbi 300 anos Contra o Racismo, pela Cidadania e pela Vida, foi o ponto culminante da Semana da Consciência Negra, em 20 novembro de 1995, em Brasília, com mais de 30 mil participantes. Depoimentos de militantes negros sobre o evento e a criação do GTI no governo FHC, ver o livro organizado por Verena Alberti e Amílcar Araujo Pereira, *História do Movimento Negro no Brasil: depoimentos ao CPDOC* (Rio de Janeiro: Pallas/Editora Fundação Getúlio Vargas, 2007, p. 337-358).

²¹ Vários são os textos de José Jorge de Carvalho sobre a questão das cotas. Entre livros, capítulos de livros e artigos em revistas especializadas, ver *Inclusão Étnica e Racial no Brasil*. São Paulo: Attar Editorial, 2005; *Racismo Institucional*. O caso do Ministério Público Federal. Brasília: Editora da ESMPU/Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão/SinJus, 2009; O Confinamento Racial do Mundo Acadêmico Brasileiro. In: *Revista USP*, v. 68, 2006, p. 88-103; *Inclusão Étnica e Racial no Ensino Superior: Um Desafio para as Universidades Brasileiras*. In: NUNES, Margarete Fagundes. (Org.). *Diversidade e Políticas Afirmativas: Diálogos e Intercursos*. Novo Hamburgo: FEEVALE, 2005, p. 21-40; A Luta Anti-Racista dos Acadêmicos deve Começar no Mundo Acadêmico. *Série Antropologia* (Brasília. Online), 2006, p. 1-14; Usos e Abusos da Antropologia em um Contexto de Tensão Racial: O Caso das Cotas para Negros na UnB. In: *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, 2005, p. 237-246; As Ações Afirmativas como Resposta ao Racismo Acadêmico e seu Impacto nas Ciências Sociais Brasileiras. *Série Antropologia*, Brasília, v. 358, 2004. Uma Proposta de Cotas para Negros e Índios na Universidade de Brasília. In: *O Público e o Privado*, Fortaleza, 2004, p. 9-59.

uma movimentação que começou em 1995.

Saeculum: Qual é a sua avaliação sobre o percurso das cotas na Universidade de Brasília?

José Jorge de Carvalho: A avaliação tem vários planos. Você pode fazer uma avaliação técnica do rendimento dos estudantes, uma observação primeiro dos cotistas, qual a porcentagem de evasão e rendimento, isso é um tipo de avaliação. Sete anos depois, nós poderíamos dizer o seguinte: a metáfora da catástrofe não se cumpriu, não é um fracasso como projeto de políticas públicas, os estudantes não fracassaram. Então, o sistema se sustenta academicamente, isso é um nível de avaliação. Vários estudantes estão terminando, uns vão entrar no mercado de trabalho para desenvolver suas profissões, outros vão tentar entrar na pós-graduação, como qualquer estudante branco. Num plano maior, é o seguinte: a UnB é outra universidade agora, mais completa e plural. Primeiro, porque ela tem muito mais estudantes negros, tem coletivo de estudantes negros, tem combate ao racismo instituído, ligado à Reitoria, que promove um curso chamado “Pensamento Negro Contemporâneo”. Tem o Núcleo de Estudos Afrobrasileiros. A UnB foi a primeira universidade federal a adotar as cotas, isso é um orgulho institucional também, que nós somos uma universidade de avanço. Eu acho que esse ponto é muito importante porque ele vai sustentar outro. Há uma mudança da imagem institucional, a UnB não quer se colocar como instituição racista de forma alguma, uma instituição que esteja na retaguarda dessa discussão; pelo contrário, isso passa a fazer parte da visão institucional positiva, acho isso um ponto muito importante e o impacto é grande por isso.

Saeculum: Como o senhor avalia a situação nos cursos de prestígio, no caso de Medicina e Direito?

José Jorge de Carvalho: Não vi na Medicina muito impacto, mas no Direito sim, porque agora sempre tem estudantes negros, mesmo que não tenham entrado na área jurídica. Está começando a haver um efeito na UnB que ainda não tem cotas na pós-graduação, mas há uma tendência para a adoção, é politicamente correto que os cursos e programas que queiram se apresentar como progressistas tenham estudantes negros, mesmo que não tenham entrado através de um sistema de cota. Isso é o efeito das cotas na graduação. O direito na UnB é especial, porque muitos ministros do STF são professores na instituição, são colegas nossos, e isso não é comum no Rio de Janeiro, nem em São Paulo, nem em qualquer outra cidade. A primeira dissertação sobre ações afirmativas na UnB foi contra, foi defendida pela Roberta Kaufmann, orientada pelo professor (e ministro) Gilmar Mendes, que foi logo publicada²². Que acontece? Vem a Roberta e torna-se porta-voz do Democratas (antigo Partido da Frente Liberal) e do grupo anti-cotas e apresenta ação contra

²² A dissertação de Roberta Fragozo Kaufmann, advogada dos Democratas contra as cotas, foi publicada com o título, *Ações Afirmativas à Brasileira: necessidade ou mito?* (Porto Alegre: Editora Livraria do Advogado, 2007).

as cotas no STF. De novo a Faculdade de Direito da UnB fica na berlinda, porque Gilmar Mendes é professor de lá e Roberta Kaufmann é sua ex-aluna. No Direito, as posições se dividem.

Então, a Faculdade de Direito desperta muito mais para essa questão e isso vai continuar por muito tempo, porque as ações afirmativas estão no cenário nacional e o STF vai ter que decidir um dia se elas são ou não constitucionais. Eu penso que vai ser difícil para o STF ser contra, decretar o fim das cotas. Muito difícil. Porque são vínculos institucionais muito profundos, um campo complexo. O meu medo é o seguinte: o grupo contra as cotas desenvolveu essa retórica, que eu chamo de um discurso coeso e o nosso discurso é fraturado, eles nos encurralaram nessa discussão. Eles dizem que as cotas puramente raciais não são legítimas. Assim, alegam que o grupo negro brasileiro não merece uma reparação pelo racismo que sofreu. O meu medo é que esse discurso que começou agora a diabolizar as cotas raciais seja assimilado pelos ministros e eles coloquem condicionantes – por exemplo, que somente os negros pobres possam ter cotas ou somente os negros que estudam em escola pública. Eles inventaram as tais “cotas sociais”. Isso é uma derrota da nossa luta antirracista. É um absurdo que a esta altura ainda venham dizer que o racismo não precisa ser reparado nos seus termos de racismo. Sabemos muito bem que os negros de classe média também são discriminados, o racismo não está confinado aos negros pobres.

Saeculum: O senhor é defensor das cotas raciais (negros, indígenas) e um crítico das cotas sociais. O senhor poderia aprofundar essa discussão?

José Jorge de Carvalho: Temos que partir sempre do real. Estudos de várias áreas disciplinares (Pedagogia, Sociologia, Antropologia, Psicologia, etc.) apontam para uma realidade, que é o regime de racismo no Brasil. Vamos comparar. Não é um regime conforme foi o *apartheid* na África do Sul, não é aquele regime de segregação geográfico-social norte-americano. O que ele aponta? Na escola primária a criança negra é vítima de discriminação por parte dos colegas e por parte dos professores. Nós temos uma biblioteca de textos com exemplos empíricos, que descrevem e analisam esse racismo escolar. A socialização da criança negra aqui no Brasil é uma socialização racista. A socialização racista continua no secundário. Na adolescência, as meninas negras sofrem muito mais por conta do cabelo, pela aparência. Os meninos negros também sofrem em comparação com os brancos, recebendo apelidos horrorosos como “tiziú”, “carvão”, destituições da autoestima. Nesse universo racista, evidentemente que se fragiliza a autoestima e isso leva a uma reprovação maior dos estudantes negros do que dos brancos, isso interfere na entrada dos negros no mercado de trabalho. O Estado já reconhece isso há décadas; se o homem branco ganhar cem reais, a mulher branca ganha oitenta, o homem negro ganha sessenta, a mulher negra ganha quarenta. Até a questão de gênero se inverte, onde a mulher branca ganha mais do que o homem negro. Ou seja, a comunidade negra tem desvantagem na escola, na socialização e no mercado de trabalho.

Após tudo isso, não é possível que a questão das cotas seja uma discussão social, quando nós sabemos que nosso racismo é estrutural, ele está na estrutura

da sociedade brasileira. Nós não estamos simplesmente afirmando uma opinião, nós sabemos porque as pesquisas do próprio Estado já reconhecem a existência do racismo generalizado na sociedade, conforme indicam todos os dados empíricos oficiais. Dados do mercado de trabalho, escolaridade e saúde. As pesquisas da área da saúde demonstram que a mulher negra recebe menos atendimento no pré-natal e no pós-parto, inclusive recebe menos atendimento e menos anestésicos - sofre mais dor, portanto, que a mulher branca. De repente, todo esse saber acumulado, que o Estado reconhece como importante não vale na hora de tomar uma decisão? Essa para mim é a questão. No momento em que avançaram as cotas para os negros houve um bombardeio, uma reorganização dos grupos anti-cotas e inventaram as cotas sociais. Eles criaram um termo que é uma caricatura do debate. Pessoas de extrema direita, de partidos patronais, começam agora a falar em cotas sociais, de repente se lembraram dos brancos pobres. Pessoas que são donos de terras e latifundiários da pior qualidade, chefes de jagunços que mandam matar os líderes camponeses, começaram a ficar com pena dos brancos pobres que serão discriminados pelos negros por causa das cotas. Então nós precisamos desconstruir essa ideia.

A resposta que eu dou a isso é que nós temos que desarmar o sofisma. Exemplo: não tem cem vagas? Digamos que de cada universidade você separa cem vagas, digamos que você colocou vinte vagas para negros. Então ficam sobrando oitenta vagas, não é? Quem foi que disse que o branco pobre terá que entrar nessas vagas dos negros? Não foram os negros que geraram a pobreza dos brancos no Brasil, até porque os negros eram também pobres no final do século XIX quando se proclamou a República. Então, se existem brancos pobres hoje, você não pode colocar esse passivo de justiça na conta dos negros. Na verdade, sabemos perfeitamente que foram os brancos ricos que geraram os brancos pobres e os negros pobres. Então o sofisma deles pode nos fazer esquecer que sobram oitenta vagas. Os brancos pobres podem perfeitamente entrar nas vagas dos milionários; quem vive com mais de vinte salários mínimos pode ceder sua vaga para quem ganha dois salários mínimos. Enfim, você pode fazer o que quiser com as oitenta vagas restantes da política de cotas. Por que são questionadas as vinte vagas dos alunos negros? Portanto, os brancos pobres podem entrar nas vagas da classe média, nas vagas dos milionários, nas vagas dos latifundiários, dos donos de indústrias, dos especuladores, dos banqueiros, dos donos das redes de televisão, defina como você quiser. Confinar a discussão para uma arena pequena (as vinte vagas) faz você esquecer que a arena é maior. É um artifício sofisticado, porque eles ficam falando de cotas sociais, que você discriminará os brancos pobres, ao adotar as cotas raciais. Então eles decretaram que cotas para negros são igual à exclusão de brancos pobres, você pode imaginar?

Saeculum: Trata-se de um argumento retórico?

José Jorge de Carvalho: Não, trata-se de um argumento racista com um artifício retórico extraordinário, porque cotas é um pensamento complexo, é um pensamento típico do ponto de vista da teoria da complexidade, que é interdisciplinar necessariamente. Temos que lançar mão de várias disciplinas, inclusive Análise de Discurso, para expor com todas as letras esse arcabouço racista desse argumento

dito “social”, mas que é simplesmente contrário às cotas para negros. Os anti-cotas sabem disso perfeitamente.

Saeculum: A UFPB propôs e tem aprovado o modelo de cotas sociais com recorte etnicorracial, como o senhor avalia isso?

José Jorge de Carvalho: Eu avalio que vocês, aqui na UFPB, poderiam ser a vanguarda, a mais recente universidade que aprovou o sistema, uma forma de acumular experiências que as outras não tinham. É o momento em que a UFPB pode participar desse debate e desconstruir definitivamente, rejeitar o grande sofisma que é esse discurso sobre as cotas sociais. A UFPB pode retomar a luta que a UnB começou, que tem que ter cotas para os negros. E se quiser colocar escola pública, ela faz uma segunda cota para as escolas públicas; se quiser colocar baixa renda, que faça uma terceira cota para baixa renda. Não há nada que a impeça de estabelecer cotas para escola pública e para baixa renda, mas não precisa, para isso, eliminar as cotas exclusivamente para os negros. Eu não conheço tanto a realidade da Paraíba, mas meu medo é de que cotas somente para negros das escolas públicas vão ser mais frágeis, pois uma parte dos que poderiam entrar não vai entrar, isto é, aqueles que estudaram em escolas particulares. Isso pode dividir a comunidade negra. Vocês foram a universidade pública que aprovou as cotas imediatamente após o debate no STF, com isso vocês estão legitimando essa tendência do Supremo a não deixar as cotas só para os negros. Claro que essa vai ser uma das linhas possíveis: “a tendência é fazer cotas sociais.”, está vendo? Virou uma mania! Então, permanece o fato de que o Brasil não consegue afirmar uma luta antirracista, como outros países conseguiram, que após séculos de massacre dos negros, eles não merecem nenhuma reparação. É uma derrota parcial e/ou uma vitória parcial. Assim como parcial é a própria avaliação que eu acabo de emitir.

Saeculum: O senhor teme que as cotas sociais não combatam o racismo nem mude a representação do país? As cotas para os estudantes negros teriam esse potencial de mudança?

José Jorge de Carvalho: A elite e a representação social hegemônica do país se apóiam no chamado “pensamento social brasileiro”. Com as cotas para negros nós estávamos redesenhando a ideia de nação. Veja bem: enquanto se afirma cota racial, vai ter que ter uma mudança na representação de nação. Ela não é essa nação cordial, senão não precisava ter cotas para negros²³. É isso.

²³ Além da produção de José Jorge de Carvalho (ver nota 17) há uma gama de autores que se situam no campo de defesa, necessidade e reparação das cotas para estudantes negros e indígenas. Elencamos alguns trabalhos coletivos. Ver SANTOS, Renato Emerson e LOBATO, Fátima. (Orgs.). *Ações Afirmativas: políticas públicas contra as desigualdades raciais*. Rio de Janeiro, DP&A, 2003; BERNARDINO, Joaze e GALDINO, Daniela. (Orgs.). *Levando a Raça a Sério: ação afirmativa e universidade*. Rio de Janeiro, DP&A, 2004; GOMES, Nilma Lino e MARTINS, Aracy Alves. (Orgs.). *Afirmando Direitos: acesso e permanência de jovens negros na universidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004; MEC/BID/UNESCO. *Ações Afirmativas e Combate ao Racismo nas Américas*. Brasília: Ministério da Educação/SECAD, 2005; FERES JUNIOR, João e DAFLON, Verônica Toste. (Orgs.). *Ação Afirmativa no Sul Global: Brasil, Índia e África do Sul*. Rio de Janeiro: Editora PUC-

Saeculum: No ano de 2006, mais de trinta instituições de ensino superior aderiram ao sistema de cotas, porém, a partir do ano seguinte temos observado menos ritmo de adesão. Estaria havendo desaceleração na adesão ao sistema de cotas?

José Jorge de Carvalho: Não, o ritmo de adesão não diminuiu. Isso é um ponto importantíssimo. Em 2006 nós tivemos uma coisa dura, que foi aquele manifesto deles, fez muito mal à causa negra. Os jornais aproveitaram para falar mal das cotas e os ideólogos da democracia racial aproveitaram para publicar livros com títulos apocalípticos do tipo “Divisões Perigosas” e “Não Somos Racistas”²⁴. E não parou por aí, em 2008 teve outro manifesto deles, os “cientistas neutros”, contra as cotas. O que se observa também é que no Nordeste teve menos adesão às cotas. O racismo aqui não é tão disfarçado como em outras regiões e por isso fica mais difícil de afirmar a questão negra. Outro problema é que a reflexão dos governantes não leva em conta a dimensão do sofrimento da comunidade negra brasileira. E a desigualdade racial é tão profunda que você não pode intervir no sistema sem pensar minuciosamente no que pretende fazer, pois a desigualdade racial pode piorar com a intervenção. Dependendo do que você fizer, a situação dos negros piora. Porque a desigualdade racial é profunda e complexa de combater.

Saeculum: Então como o senhor analisa a representação emblemática da África para os afrobrasileiros e para os brancos (não negros)?

José Jorge de Carvalho: Acho que a pobreza é o símbolo principal. A África é sinônimo de miséria no Brasil. Atraso. Do que não se quer. Acho que é uma representação totalmente negativa da África. É uma idéia de miséria, de criança morrendo de fome. Também é cultivado o imagético artístico. Geralmente uma ideia mais estética, na qual a corporeidade e a música dominam. Não é uma imagem de tecnologia, não é uma imagem de ciência, não é uma imagem política. Uma imagem da África, para mim, muito mais calcada na estética. Muito culturalista. Não se pensa no africano como um ser político, de inteligência política e de inteligência para a ciência. Apenas uma inteligência estética. É a idéia de que o branco ocidental pensa com a cabeça e o africano com o coração. Uma imagem de que os africanos não acessam o Logos (pensamento e razão). Eles supostamente não ascendem ao grau superior do universo que é o Logos, sempre vai ter um gestor ou técnico europeu que vai ao continente para discipliná-los. É a idéia de que o africano tem o discurso fraturado e o europeu possui o discurso coeso. A imagem da África no Brasil é uma

Rio, 2008; FERES JÚNIOR, João; ZONINSEIN, Jonas (Orgs.). *Ação afirmativa e universidade: projetos nacionais em perspectiva comparada*. Brasília: Editora da UnB, 2006; FERREIRA, Renato. (Org.). *Ações Afirmativas. A Questão das Cotas: análises jurídicas de um dos assuntos mais controvertidos da atualidade*. Niterói, Editora Impetus, 2011.

²⁴ Além dos manifestos já elencados (vide nota 11), vieram a lume os seguintes livros contra a adoção de cotas e de políticas afirmativas para a população negra, que tiveram ampla divulgação nos meios midiáticos: Ali Kamel. *Não Somos Racistas* (Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006); Peter Fry e Yvonne Maggie. (Orgs.). *Divisões Perigosas: políticas raciais no Brasil contemporâneo* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007); Demétrio Magnoli. *Uma Gota de Sangue: história do pensamento racial* (São Paulo: Contexto, 2009).

instância de manifestação do imaginário racista generalizado na nossa sociedade.

Saeculum: O senhor admite a conexão e a importância de Nelson Mandela para a África do Sul e para as lutas negras do Brasil?

José Jorge de Carvalho: Eu acho que a elite brasileira não capitalizou ainda nenhuma familiaridade com o mundo africano. Porque sequer a gente conseguiu vincular as lutas das cotas, as lutas das ações afirmativas, com as lutas equivalente dos Estados Unidos e da África do Sul²⁵. Não vejo que estão muito conectadas ainda. Na verdade, Nelson Mandela é uma grande referência, ninguém dúvida disso. Mas a celebração de Mandela não fez crescer na consciência das pessoas a importância da celebração de Abdias do Nascimento. Não creio que tenha melhorado muito nem intensificado a grandeza da trajetória de Abdias Nascimento pelo fato das pessoas celebrarem Mandela. Não acompanhamos a luta das cotas na África do Sul, não sabemos como é que estão as universidades por lá. Mas não quero ser pessimista, muitos eventos nas nossas universidades que discutem literatura africana e história da África estão ganhando importância.



²⁵ Sobre os debates atuais, tais como a III Conferência Mundial de Combate ao Racismo (Durban, 2001), cotas para negros nas universidades e educação étnico-racial na perspectiva negra, ver o livro organizado por Verena Alberti e Amílcar Araujo Pereira, *História do Movimento Negro no Brasil: depoimentos ao CPDOC* (Rio de Janeiro: Pallas/Editora Fundação Getúlio Vargas, 2007, p. 358-439); e também, NASCIMENTO, Elisa Larkin. (Org.). *Cultura em Movimento: matrizes africanas e ativismo negro no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2008 [Coleção Sankofa, 2].